

MOÇÃO

Comemoração dos 52 anos do 25 de Abril

“Assinalam-se este ano 52 anos sobre o 25 de Abril de 1974, momento maior da história contemporânea portuguesa que devolveu ao povo a liberdade, a dignidade e o direito de decidir o seu futuro coletivo.

A Revolução de Abril pôs fim a um regime ditatorial que durante décadas limitou direitos fundamentais, reprimiu liberdades e impôs ao país uma guerra colonial longa, injusta e profundamente marcante para várias gerações de portugueses. Com ela abriu-se caminho à construção de um Estado de direito democrático, baseado na participação, na igualdade e na justiça social.

Ao longo destas cinco décadas, Portugal conheceu uma transformação profunda. O acesso à educação generalizou-se, o analfabetismo foi drasticamente reduzido e o nível de qualificação da população aumentou de forma muito significativa. O Serviço Nacional de Saúde tornou-se um pilar essencial da sociedade, garantindo cuidados de saúde tendencialmente universais. Os direitos dos trabalhadores foram consagrados e reforçados, promovendo maior equilíbrio nas relações laborais. As condições de vida melhoraram, o saneamento básico expandiu-se e o país modernizou-se, afirmando-se como uma democracia plural, aberta ao mundo.

Em 2026 assinalam-se também 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, documento estruturante que consagra direitos, liberdades e garantias fundamentais e que continua a ser o guia essencial na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igual em oportunidades. A Constituição permanece como referência maior da democracia portuguesa, assegurando o equilíbrio entre liberdade individual e responsabilidade coletiva.

Igualmente, celebram-se 50 anos das primeiras eleições livres para o Poder Local democrático, marco decisivo na consolidação da democracia. A partir desse momento, as populações passaram a eleger diretamente os seus representantes, participando ativamente no desenvolvimento dos seus territórios e na melhoria das condições de vida locais. O poder local afirmou-se, desde então, como um dos pilares fundamentais da democracia portuguesa, pela sua proximidade às populações e pela sua capacidade de resposta concreta aos seus problemas.

Importa, contudo, sublinhar que o caminho percorrido não foi isento de dificuldades. O período de consolidação da democracia conheceu desafios, tensões e erros próprios de um processo de transformação profunda. Esses momentos não podem, porém, ser utilizados para relativizar ou branquear a natureza repressiva e limitadora da ditadura que vigorou durante 48 anos. Não há comparação possível entre um regime que negava liberdades fundamentais e um processo democrático que, apesar das suas imperfeições, sempre assentou na vontade popular e na construção de direitos.

Num tempo em que surgem discursos que procuram desvalorizar as conquistas de Abril ou distorcer a memória histórica, importa reafirmar com clareza o valor da liberdade, da democracia e dos direitos conquistados. Importa também reconhecer que o progresso alcançado não foi mero resultado da passagem do tempo, mas sim de um caminho consciente, democrático e progressista, assente na vontade coletiva de construir um país melhor.

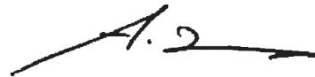
A democracia é, por natureza, um processo em permanente construção. Exige participação, espírito crítico e compromisso com o bem comum. As exigências e aspirações dos cidadãos fazem parte desse caminho e são sinal de uma sociedade viva, que não se conforma e que procura continuamente melhorar.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em sessão ordinária, delibera:

- Assinalar os 52 anos do 25 de Abril de 1974, reafirmando o seu significado histórico e os valores de liberdade, democracia e justiça social que lhe estão associados;
- Evocar os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, destacando o seu papel fundamental na consolidação do Estado de direito democrático e na promoção da igualdade de direitos e oportunidades;
- Assinalar os 50 anos das primeiras eleições livres do Poder Local, reconhecendo a sua importância na construção de uma democracia participada e próxima das populações;
- Reafirmar a rejeição de qualquer tentativa de desvalorização das conquistas de Abril ou de branqueamento do regime ditatorial anterior;
- Reiterar o compromisso com a defesa e aprofundamento dos valores democráticos, da participação cívica e do desenvolvimento social, económico e cultural do concelho e do país.”

Moita, 4 de maio de 2026

O Presidente da Assembleia Municipal



António Duro